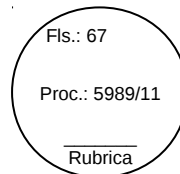




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



INFORMAÇÃO: nº 06/2012– 3ª ICE/Acomp.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

PROCESSO: nº 5989/2011 (4 volumes e 01 anexo)

Apenso: nº 38204/2011 (1 volume)

ORIGEM: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM.

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO.

MONTANTE EM EXAME: Não se aplica.

**EMENTA:** Representação. Adoção pelo Distrito Federal de medidas tendentes à urbanização da Quadra 500 do Setor Sudoeste. Possível violação à Lei Orgânica do DF e ao Decreto nº 10.829/87. Decisão nº 766/2011. Concessão da cautelar. Determinação de sustação de eventuais procedimentos tendentes à ocupação da Quadra 500 do Setor Sudoeste e abertura do contraditório ao Governo do Distrito Federal. Concessão de medida liminar pelo TJDF suspendendo a Decisão nº 766/2011. Liminar revogada. Pedido de suspensão da medida cautelar exarada pelo TCDF. Decisão Liminar nº 22/2012-P/AT. Análise de mérito do Recurso Inominado. Pelo Provimento.

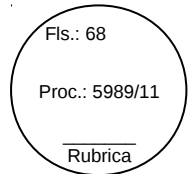
Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 005/2011-MF, por meio da qual a então Procuradora-Geral do MPJTCDF, Dra. Márcia Farias, apontou que o Governo do Distrito Federal estava adotando medidas tendentes à urbanização da Quadra 500 do Setor Sudoeste, com possível violação à Lei Orgânica do DF e ao Decreto nº 10.829/1987.

2. O Ministério Público junto ao TCDF alegou, ainda, que a Quadra 500 não se encontrava na área delimitada por Lúcio Costa para o Setor Sudoeste. Por



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



fim, pleiteou que o Tribunal determinasse ao Governo do Distrito Federal a sustação, em seus órgãos e entidades, de quaisquer procedimentos visando à ocupação da referida área.

3. Em 01/03/2011, por meio da Decisão nº 679/2011 (fl. 95), o Tribunal resolveu adiar o julgamento da matéria, em face do pedido de vista do processo pelo Conselheiro Inácio Magalhães Filho. Em seguida, em 03/03/2011, por meio da Decisão nº 766/2011, o Tribunal resolveu (fl. 113):

*“II - nos termos do artigo 198 do RI/TCDF, determinar ao Governo do Distrito Federal que adote providências imediatas para sustar, em seus órgãos e entidades, quaisquer procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste, bem como medidas de preservação para o exato cumprimento dos artigos 9º e 10 do Decreto nº 10.829/87 e do artigo 3º, inciso XI, da LODF, sob pena de aplicação das penalidades previstas na LC. nº 1/94; III - facultar ao Governo do Distrito Federal a apresentação, no prazo de 10 (dez) dias, de considerações quanto ao teor da Representação nº 005/2011-MF; IV - autorizar o envio dos autos à 1ª ICE, para exame prioritário e urgente da matéria, autorizando, desde já, a realização de inspeção onde se fizer necessário, a fim de apurar os fatos narrados na peça inicial.”*

4. Posteriormente, em 26/07/2011, por meio da Decisão nº 3.441/2011 (fls. 387) esta Corte resolveu:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Nota nº 105/2011-CJP, fls. 127, da Consultoria Jurídica da Presidência do TCDF; b) do Ofício nº 104/2011-P/CJP, fls. 128/133; c) do Ofício nº 845/2011-GP, fl. 114; d) dos Ofícios nºs 61/2011-MPC/PG (fls. 118/120), 62/2011-MPC/PG (fls. 115/117) e 087/2011-MPC/PG (fls. 125/126); e) do Mandado de Segurança nº 2011.00.2.006507-2 (fls. 142/187 e 332/333); f) da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.164931-6 (fls. 247/285); g) da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.198206-6 (fls. 286/324); h) da Ação Civil Pública nº 30296-39.2011.4.01.3400 (fls. 325/326); i) da Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400 (fls. 327/328); j) da ADI nº 2010.00.2.014781-1, fls. 334/347; k) Ação de Atentado nº 34594-11.2010.4.01.3400 (fls. 329/331); III - autorizar: a) o sobrestamento do julgamento dos autos, até o deslinde dos Processos TJDF 2011.00.2.006507-2, ADI TRF1 2010.00.2.014781-1 e ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400; b) o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhamento dos processos referidos no item III – “a” e adoção das providências necessárias.” (grifamos)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 69

Proc.: 5989/11

Rubrica

5. Na última apreciação dos autos, em 18/01/2012, por meio da Decisão Liminar nº 22/2012-P/AT, a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com fundamento no art. 85 do RI/TCDF, e em acordo com a unidade técnica, decidiu, **ad referendum** do egrégio Plenário (fl. 528):

*"I - tomar conhecimento:*

*a) da peça recursal de fls. 469 a 480, interposta pela Oeste sul Empreendimentos Imobiliários S.A. - SPE, via representante legal, como recurso inominado, sem efeito suspensivo, contra os termos da medida cautelar expedida no item II da Decisão nº 766/2011;*

*b) dos documentos de fls. 506 a 515;*

*II - indeferir a antecipação da tutela recursal requerida, dando ciência à recorrente e ao seu representante legal (fl. 490) do teor da decisão a ser proferida, com o alerta de que o recurso ainda carece de apreciação do mérito;*

*III – autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para análise de mérito da peça recursal."*

6. Esta informação, na qual se examina o mérito do referido recurso, será estruturada nos seguintes tópicos:

I – Das Ações Judiciais

I.1 – Do Mandado de Segurança nº 2011.00.2.006507-2

I.2 – Da ADI nº 2010.00.2.014781-1

I.3 – Das Ações em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região

II – Do Recurso Inominado

II. 1 – Das Razões do Recurso

II.2 – Da Análise de Mérito

III - Considerações adicionais

IV – Conclusões

V – Sugestões

**I – Das Ações Judiciais**

7. Para melhor respaldar o julgamento desta Corte, convém, preliminarmente, trazer informações atualizadas sobre a situação dos processos judiciais de interesse.



### I.1- Do Mandado de Segurança nº 2011.00.2.006507-2

8. Em 12/04/2011, a Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S/A<sup>1</sup> impetrou o Mandado de Segurança nº 2011.00.2.006507-2, com objetivo principal de desconstituir a Decisão TCDF nº 766/2011, que determinou a suspensão de qualquer procedimento do GDF visando à ocupação da Quadra 500 do Setor Sudoeste (fls. 142/187).

9. Na referida ação a impetrante pretendeu a concessão de medida liminar para que fossem suspensos de imediato os efeitos das Decisões nºs 679/2011 e 766/2011. Requereu ainda, ao final, a concessão em definitivo da segurança, confirmando-se os termos do pleito liminar e declarando-se nula de pleno direito - e, portanto, sem qualquer efeito, as retromencionadas decisões, permitindo-se em definitivo que o GDF, por seus órgãos e entidades, desse regular prosseguimento aos procedimentos visando à ocupação da referida área.

10. Em 12/04/2011, fls. 193/199, o Desembargador-Relator apontou a existência de várias ações judiciais que questionam a regularidade da expansão do Setor Sudoeste. Por fim, deferiu a liminar<sup>2</sup> para suspender a eficácia da Decisão TCDF nº 679/2011, ratificada pela Decisão TCDF nº 766/2011.

<sup>1</sup> Anteriormente denominada "Antares Engenharia" (fl. 137e 137v).

<sup>2</sup> **"REITERO: A DISCUSSÃO JÁ SE ENCONTRA JUDICIALIZADA.**

*Esse é um ponto nevrálgico para uma decisão liminar positiva. Com efeito, o quadro que se apresenta, como venho reiteradamente me manifestando, é uma inversão do sistema da separação de Poderes.*

*Como sabido, nenhum fato social se torna imune ao controle judicial. Pensar de modo diverso, submetendo a atividade Jurisdicional a um ato administrativo como, por exemplo, as decisões proferidas pela Corte de Contas, seria a inversão do sistema.*

*Sabemos que, dentre os princípios inerentes à jurisdição estão a indelegabilidade, segundo a qual não pode o órgão jurisdicional "delegar o poder decisório a outro órgão, o que implicaria derrogação de regra de competência, em violação à garantia do juiz natural".*

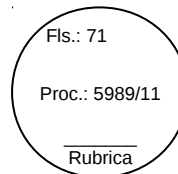
*Outro princípio inerente à nobre missão do Juiz encontra-se o da inevitabilidade. Ao lado da função legislativa e da função administrativa, a função jurisdicional compõe o tripé dos poderes estatais. Como manifestação de uma Função estatal, impõe-se imperativamente. Assim, as partes devem se submeter ao que foi decidido pelo tribunal.*

*Na decisão que declina da competência, o Magistrado da Vara do Meio Ambiente não desconstitui a sua decisão judicial prolatada em sentido diverso do caminho trilhado pelo Tribunal de Contas. Logo, concluo essa decisão perfunctória dizendo que o Poder Judiciário, como o único apto a produzir uma decisão definitiva, não pode se subjulgar a um mero ato administrativo.*

*Por este motivo, **DEFIRO A LIMINAR** para suspender a eficácia da Decisão n. 679/2011 do TCDF, ratificada pela Decisão n. 766/2111."*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



11. Em 24/11/2011, o TJDF, mediante o Ofício nº 42.881/SCM, fls. 462/464, comunicou decisão proferida pelo seu Conselho Especial, revogando a medida liminar antes deferida e restabelecendo os efeitos jurídicos das Decisões TCDF nºs 679 e 766/2011. Em função dessa decisão, lavrou-se o Acórdão nº 557947 (fls. 513/514).

12. Naquela feita, a Desembargadora VERA ANDRIGHI, Relatora designada, observou que o MS em questão objetivava a declaração de nulidade das Decisões TCDF nºs 679 e 766/2011, para permitir, *"em definitivo, que o GDF, por seus órgãos e entidades, dê regular prosseguimento aos procedimentos visando à ocupação das Quadras 500 do Setor Sudoeste"* (fl. 464).

13. Consignou que o TCDF, não obstante afirmar que o projeto Expansão do Setor Sudoeste estava *sub judice*, determinara que o GDF adotasse providências para sustar qualquer procedimento visando à ocupação da citada área<sup>3</sup>.

14. Afirmou ainda que, conforme julgamento proferido no dia 22/11/2011, o Conselho Especial, por maioria, acolhera preliminar de suspensão do julgamento do MS, em razão de prejudiciais externas, pendentes de julgamento, as quais tramitavam pela 16ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, a saber, ações civis públicas que objetivam julgar a validade e legalidade dos atos administrativos que criaram a SQSW 500 - Expansão do Setor Sudoeste, para evitar danos irreparáveis, principalmente, ao erário, à população e ao meio ambiente. Assim, ante a suspensão do julgamento do MS, tornou-se forçosa a revogação da liminar outrora concedida.

15. Em 16/01/2011, a Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários interpôs embargos de declaração contra o retromencionado acórdão, ainda pendentes de julgamento (fls. 529/532).

<sup>3</sup> "Os fundamentos das r. decisões são: indícios de irregularidades na tramitação dos autos de licenciamento ambiental, de deficiência na análise técnica realizada, bem como na celeridade dada ao licenciamento ambiental e aos demais estudos e projetos para a ocupação da área, podendo ocasionar gasto indevido de Recursos públicos, ressaltando que o projeto Expansão do Setor Sudoeste está 'sub judice'"



## **I.2 - Da ADI nº 2010.00.2.014781-1**

16. Em 10/09/2010, a Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade - ADI nº 2010.00.2.014781-1 contra o Decreto do Governador do Distrito Federal nº 32.144/2010 (que aprova o Projeto Urbanístico de Parcelamento da Superquadra SQSW 500, no Sudoeste), fls. 336/347.

17. O MPDFT sustentou que, embora o Decreto nº 32.144 afirmasse que apenas aprovava o projeto urbanístico, na verdade, também tratava da criação de parcelamento de solo urbano em área tombada e *non aedificandi*, classificada como integrante da Escala Bucólica. Alegou que o parcelamento, se realizado desta forma, contrariaria o Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987, e a Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que tratam do tombamento do conjunto urbanístico de Brasília e possuem *status* de norma constitucional (art. 3.º, inc. XI, LODE). Além disso, o MPDFT apontou, na ação, possível violação de diversos dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, que impediriam a criação desse novo parcelamento nas proximidades do Eixo Monumental. Concluiu requerendo a procedência do pedido, para que se declarasse, em tese e com efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, a inconstitucionalidade do Decreto nº 32.144/2010.

18. A ADI nº 2010.00.2.014781-1 encontra-se conclusa ao Desembargador relator (desde 24/11/2011), e não consta qualquer decisão com eficácia suspensiva à norma impugnada (fls. 565/566).

## **II.3 - Das Ações em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região- TRF1**

19. Ressalta-se que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região a Ação Civil Pública nº 30296-39.2011.4.01.3400 (fls. 567/568), a Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400 (Distribuição por Dependência – Processo TRF1 nº 30296-39.2011.4.01.3400), fl. 569 e o Agravo de Instrumento nº 37512-66.2011.4.01.0000 (fls. 574/575).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 73

Proc.: 5989/11

Rubrica

20. Na Informação nº 65/2011 – 3ª ICE/Acomp, fls. 362/363, registrou-se que a Ação Civil Pública nº 30296-39.2011.4.01.3400 originou-se da antiga Ação Civil Pública TJDFT nº 2009.01.1.198206-6.

21. Para melhor compreensão da matéria convém trazer à baila as informações acerca da antiga Ação Civil Pública TJDFT nº 2009.01.1.198206-6<sup>4</sup>, conforme noticiado na citada Informação nº 65/2011 – 3ª ICE/Acomp, *in verbis* (fls. 362/363):

*“15. Em 01/10/2010, o MPDFT ajuizou a Ação Civil Pública nº 2009.01.1.198206-6, contra o Distrito Federal, IBRAM e Antares Engenharia, por intermédio da qual pugnava a declaração de que a chamada “Expansão do Setor Sudoeste” se insere em área tombada e non aedificandi. Solicitou também concessão de liminar para que a ré Antares se abstenha de iniciar as obras no local, sob pena de multa (fls. 286/324).*

*16. Em 08/01/2010, a juíza Thereza Karina Barbosa deferiu, em parte, a liminar requerida, para determinar à ré ANTARES Engenharia que não iniciasse as obras na área situada no SHCSW entre o INMET e o eixo monumental, ou as paralisasse imediatamente se já as tivesse iniciado, sob pena de multa diária no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fl.85. Em 08/07/2010, o Juiz deferiu o pedido de revogação da tutela concedida em caráter liminar (fl. 91).*

*17. Em 17/12/2010, o Dr. Carlos Divino Vieira Rodrigues, considerando a manifestação da União em interesse na lide, declinou da competência em favor do Juízo Federal para o julgamento da causa e ordenou o traslado da sua decisão (fl. 94).*

22. Em 30/05/2011, tendo em vista que o Dr. Carlos Divino Vieira Rodrigues declinou de sua competência em favor do Juízo Federal, a antiga Ação Civil Pública TJDFT nº 2009.01.1.198206-6 foi atuada, no TRF1, sob o nº 30296-39.2011.4.01.3400.

23. Em 21/06/2011<sup>5</sup>, a Juíza Federal - Ana Paula Martini Tremarin, ratificando decisão exarada pelo Juízo de direito da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF determinou “à ré ANTARES

<sup>4</sup> apensada ao mencionado Processo nº 2009.01.1.198206-6.

<sup>5</sup> Publicada no Diário oficial em 24/06/2011.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 74

Proc.: 5989/11

Rubrica

Engenharia, que não inicie as obras na área situada no SHCSW entre o INMET e o eixo monumental, ou as paralise imediatamente se já as ter iniciado, sob pena de multa diária no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)." Determinou ainda realização de perícia técnica a fim de esclarecer se a área em questão estaria incluída na exceção contida no Decreto Distrital nº 10.829/87 (fl. 570).

24. Em 05/07/2011, a Antares Engenharia agravou a decisão (AI nº 37512-66.2011.4.01.0000, fls. 574/575). Em 04/08/2011, o Desembargador Federal reformou a decisão proferida pelo Juízo Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal<sup>6</sup>, inclusive com efeito suspensivo. O Desembargador assim decidiu (fls. 571/573):

*"7. Inicialmente, rejeito a preliminar e nulidade da decisão, pois, consoante o art. 12 da Lei 7.347/1985 "Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo".*

*(...)*

*9. Quanto ao mérito, verifico que a decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal está fundamentada no sentido de que a argumentação posta na ação civil pública reveste-se de verossimilhança, uma vez que documentação apresentada pelo MPDFT é apta para demonstrar a existência de risco à área tombada.*

*10. Todavia, pela argumentação posta na peça inicial deste recurso, quais sejam, de que o Distrito Federal não possuía, à época da edição do Decreto 10.829/1987, competência para decretar o tombamento da área; de que a norma definidora da controvérsia é o Decreto 11.433/1989, que fixou a Planta Geral do SHCSW como sendo área a ser futuramente parcelada, portanto, aedificandi; de que o art. 38 da Lei n. 3.751/1960 e o Decreto 10.829/1987, que fundamentam a ação civil pública, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988; e de que, com a edição da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Decreto 10.829/1987 é de ser considerado como revogado, verifico que efetivamente a questão é complexa, nada demonstrando à primeira vista que a razão esteja com o Ministério Público do DF.*

*11. Ademais, vê-se que o local fora entregue, em permuta, ao Ministério da*

<sup>6</sup> O juízo Federal da 16ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal ratificou os atos praticados no processo pelo Juízo de Direito da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal, inclusive quanto à medida liminar deferida.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 75

Proc.: 5989/11

Rubrica

*Marinha para construção de residências, logo a balança da verossimilhança pende a favor da agravante, pelo menos num exame perfunctório, pois não seria possível, de plano, ab initio litis, concluir que órgãos governamentais do Distrito Federal entregariam a um órgão federal (Ministério da Marinha) terreno non aedificandi em permuta a outro já afetado à Marinha, para a mesma finalidade de construção.*

*12. Quanto ao periculum in mora inverso, a justificar o afastamento da decisão agravada, reside no fato da medida guerreada criar dificuldades à União, por tumultuar contrato com a agravante, que construiria imóveis em Águas Claras para os militares, considerando-se paga com o terreno objeto da ACP, pois a possível paralisação da construção das residências inviabilizaria a transferência dos efetivos dos órgãos centrais da Marinha de Guerra para Brasília/DF.*

*Pelo exposto, **ATRIBUO** efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento.” (grifo nosso)*

25. Por fim, cabe ressaltar que a referenciada ação está atualmente com carga “recebido em secretaria” (fls. 567/568). No que se refere à Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400 (Distribuição por Dependência – Processo TRF1 nº 30296-39.2011.4.01.3400), informamos que o seu andamento atual é “Petição/Ofício/Documento Recebido em Secretaria” (fl. 569).

## **II - Do Recurso Inominado**

### **II.1 – Das Razões do Recurso**

26. O recorrente atacou a Decisão nº 766/2011 pelas razões expostas a seguir (fls. 469/480).

27. Primeiro, aduziu que o TCDF não promoveu a citação do requerente para se manifestar quanto à questão suscitada na Representação nº 05/2011-MF, deixando, assim, de atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Argumentou que, neste aspecto, não se estaria discutindo a opção do Tribunal em conceder a medida acauteladora sem ouvir as partes; mas, quando isso ocorrer, tanto a legislação adjetiva, como o inciso LV do art. 5º da CF/88, exigem que se ouçam os interessados (fls. 469/480).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 76

Proc.: 5989/11

Rubrica

28. Segundo, afirmou que o procedimento cautelar não foi observado, haja vista que, até a data da interposição do recurso em pauta, não se iniciara a discussão da matéria objeto dos autos. Acrescentou que tal circunstância atrai a cessação dos efeitos da medida cautelar, a teor do disposto no inciso I do art. 808 do CPC<sup>7</sup>.

29. Terceiro, alegou que o Tribunal acorrentou o seu direito. Ressaltou que o sobrestamento do feito condicionado ao deslinde judicial da matéria não se compatibiliza com a subsistência de uma medida liminar de natureza cautelar - em face da sustação expressa no item II da Decisão nº 766/2011, uma vez que essa limita e atinge o seu patrimônio, caracterizando, assim, um duplice controle.

30. Prosseguiu afirmando que também não prospera o argumento de que o Tribunal, ao decidir pelo fim da eficácia dos efeitos do item II da Decisão nº 766/2011, causaria prejuízo ao erário ou mesmo permitiria a ocorrência de dano de difícil ou incerta reparação. Assevera que, no ordenamento jurídico brasileiro, vige o princípio da jurisdição única; em razão disso cabe ao poder judiciário decidir a controvérsia tratada nos presentes autos.

31. Por fim, requereu:

- a) concessão de liminar, consistente em decretar o fim da eficácia dos efeitos do item II da Decisão nº 766/2011;
- b) no mérito, a confirmação da liminar;
- c) em caso de negativa de provimento aos itens anteriores, que a Corte anule a Decisão nº 766/2011 em função dos vícios mencionados nos §§ 27 a 29 desta Informação;

<sup>7</sup> O Código de Processo Civil assim dispõe:

*"Art. 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.*

*(...)*

*Art. 808. Cessa a eficácia da medida cautelar:*

*I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no art. 806."*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 77

Proc.: 5989/11

Rubrica

d) caso a Corte insista em fiscalizar a matéria objeto da Representação nº 05/2011-MF, então que promova a oitiva de todos os interessados na matéria, dentre outros, a requerente, o Distrito Federal, a Marinha, o IBRAM, o IPHAN, a TERRACAP, a SEDUMA, o DEPHA, a EMPLAVI PARTICIPAÇÕES e a VIA ENGENHARIA.

## **II. 2 - Da Análise de Mérito**

32. Neste momento processual, examina-se o mérito da peça protocolada pela empresa Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S/A, em face das Decisões nºs 766/2011 e 3.441/2011.

33. A intervenção judicial, objeto do MS nº 2011.00.2.006507-2, causou a interrupção precoce do normal processamento do feito. Em função disso a empresa que ora se declara interessada, não foi devidamente chamada a se manifestar nos autos. Mas isso não configura o prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, o qual restaria caracterizado somente se o TCDF se pronunciasse quanto ao mérito sem ouvir as partes interessadas, o que não ocorreu e nem ocorreria. Portanto, não há vício que demande a anulação da Decisão nº 766/2011, eis que improcedentes as alegações de cerceamento de defesa.

34. A afirmação de que o procedimento cautelar não foi observado - uma vez que até a data da interposição do recurso não houvera discussão sobre a matéria objeto da cautelar, também merece ressalvas. A uma, porque o rito do Processo Cautelar Judicial difere das medidas cautelares adotadas por este Tribunal. A duas, porque, neste ponto, faz-se necessário observar a cronologia das decisões judiciais que questionam a regularidade da expansão do Setor Sudoeste.

35. Conforme já exposto no item 1.1, o Desembargador-Relator, nos autos do MS nº 2011.00.2.006507-2, deferiu, em 12/04/2011, a liminar para suspender a eficácia da Decisão TCDF nº 766/2011- proferida em 03/03/2011.

36. Em razão da suspensão da eficácia da Decisão nº 766/2011,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 78

Proc.: 5989/11

Rubrica

pelo retromencionado MS, bem como da existência da ADI 2010.00.2.014781-1 e ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400, o Tribunal, em 06/07/2011, por meio da Decisão TCDF nº 3.441/2011<sup>8</sup>, determinou o sobrestamento dos autos.

37. Em 24/11/2011, o TJDF, mediante o Ofício nº 42.881/SCM, comunicou a decisão proferida pelo Conselho especial, revogando a medida liminar antes deferida e restabelecendo os efeitos jurídicos das Decisões TCDF nºs 679 e 766/2011 (fls. 462/464).

38. Nota-se que foi a revogação da medida liminar pelo Tribunal de Justiça que tornou coexistentes os efeitos das Decisões nºs 766/2011<sup>9</sup> nº 3.441/2011<sup>10</sup>.

39. Ora, a recorrente faz parecer que o TCDF teria determinado, em março de 2011, a paralisação cautelar dos procedimentos de implantação da Quadra 500 somente para, em seguida, recusar-se a deliberar sobre o mérito dessa implantação. Mas essa conclusão restaria es, pois os efeitos da Decisão nº 766/2011 deixaram de existir entre abril e novembro de 2011.

40. Ressalta-se que a coexistência das decisões de fato gerou, neste momento processual, o "acorrentamento" do direito do recorrente, haja vista que o sobrestamento dos autos pelo TCDF, condicionado ao deslinde judicial da matéria, não se compatibiliza com a subsistência de uma medida liminar de natureza cautelar, uma vez que essa limita e atinge o patrimônio jurídico de terceiros,

<sup>8</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Nota nº 105/2011-CJP, fls. 127, da Consultoria Jurídica da Presidência do TCDF; b) do Ofício nº 104/2011-P/CJP, fls. 128/133; c) do Ofício nº 845/2011-GP, fl. 114; d) dos Ofícios nºs 61/2011-MPC/PG (fls. 118/120), 62/2011-MPC/PG (fls. 115/117) e 087/2011-MPC/PG (fls. 125/126); e) do Mandado de Segurança nº 2011.00.2.006507-2 (fls. 142/187 e 332/333); f) da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.164931-6 (fls. 247/285); g) da Ação Civil Pública nº 2009.01.1.198206-6 (fls. 286/324); h) da Ação Civil Pública nº 30296-39.2011.4.01.3400 (fls. 325/326); i) da Ação Civil Pública nº 30295-54.2011.4.01.3400 (fls. 327/328); j) da ADI nº 2010.00.2.014781-1, fls. 334/347; k) Ação de Atentado nº 34594-11.2010.4.01.3400 (fls. 329/331); III - autorizar: a) o sobrestamento do julgamento dos autos, até o deslinde dos Processos TJDF 2011.00.2.006507-2, ADI TRF1 2010.00.2.014781-1 e ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400; b) o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhamento dos processos referidos no item III – "a" e adoção das providências necessárias.

<sup>9</sup> Determinando ao GDF que adotasse providências imediatas para sustar, em seus órgãos e entidades, quaisquer procedimentos visando à ocupação da Quadra 500 do Setor Sudoeste.

<sup>10</sup> Determinando o sobrestamento do presente processo em função da suspensão da Decisão nº 766/2011 pelo TJDF, nos autos do MS nº 2011.00.2.006507-2, bem como da existência da ADI 2010.00.2.014781-1 e da ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 79

Proc.: 5989/11

Rubrica

caracterizando, assim, um duplice controle.

41. Portanto, nesta fase processual, resta ao TCDF decidir ou pela reforma da Decisão nº 766/2011, tornando sem efeito seu item II, ou pelo levantamento do sobrestamento dos autos.

42. Entendemos, s.m.j., que a solução que melhor se coaduna com o Estado Democrático de Direito é a reforma da Decisão nº 766/2011, tendo em vista que a suspensão cautelar da implantação da quadra 500 do Setor Sudoeste não se coaduna com o sobrestamento dos autos.

43. Poder-se-ia argumentar, contra o proposto no parágrafo anterior, que, conforme jurisprudência, há independência de instâncias e o ajuizamento de ações não seria suficiente para justificar a suspensão dos efeitos da medida administrativa adotada pelo Tribunal de Contas.

44. Contudo, salienta-se que, no ordenamento jurídico brasileiro, vige o princípio da jurisdição única. Este sistema não veda a existência da solução dos litígios em âmbito administrativo (que existe no Brasil, influenciado pelo sistema francês), mas permite que tais litígios possam ser levados à apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, inciso XXXV da CF/88<sup>11</sup>), que é o único com competência para dizer o direito de forma definitiva, com força de coisa julgada<sup>12</sup>. Logo é notório que a atividade do Poder Judiciário sobrepõe-se e pode nulificar os atos dos Tribunais de Contas.

45. A estes argumentos acrescentam-se os apresentados pelo

<sup>11</sup> Art 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

<sup>12</sup> Como sabido, dentre os princípios inerentes à jurisdição estão a indelegabilidade, segundo a qual não pode o órgão jurisdicional "delegar o poder decisório a outro órgão, o que implicaria derrogação de regra de competência, em violação à garantia do juiz natural".



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 80

Proc.: 5989/11

Rubrica

Desembargador que atribuiu efeito suspensivo ao AI nº 37512-66.2011.4.01.0000, fls. 574/575.

46. Naquela feita o eminente Desembargador entendeu que a paralisação das obras criaria dificuldades à União, por tumultuar contrato com a ANTARES Engenharia, que construiria imóveis em Águas Claras para os militares, considerando-se paga com o terreno objeto da controvérsia, haja vista que a possível paralisação da construção das residências inviabilizaria a transferência dos efetivos dos órgãos centrais da Marinha de Guerra para Brasília/DF.

47. Além disso, verificou que a balança da verossimilhança pende a favor da recorrente, pelo menos num exame perfunctório, pois não seria razoável, de plano, suspeitar que órgãos governamentais do Distrito Federal entregariam a um órgão federal (Ministério da Marinha) terreno *non aedificandi* em permuta a outro já afetado à Marinha, para a mesma finalidade de construção<sup>13</sup>.

48. Diante do exposto, tendo por base os argumentos apresentados anteriormente, entendemos, s.m.j., que o Tribunal pode tornar sem efeito o item II da Decisão nº 766/2011.

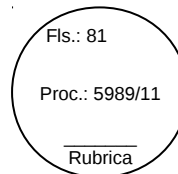
49. Por fim, o Tribunal pode autorizar a manutenção do sobrestamento dos autos até o deslinde dos Processos TJDF 2011.00.2.006507-2, ADI TJDF 2010.00.2.014781-1, ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400. Além desses, deve a

<sup>13</sup> A união, nos autos do MS, ao descrever em que consiste o seu interesse no deslinde do feito, asseverou o que segue (fl. 537):

"7. Nesse ponto, deve-se registrar que o imóvel discutido pertencia, no princípio, à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, tendo sido doado à União (Marinha do Brasil) por meio de contrato de doação de 03/03/1994 (certidão anexa). Observe-se que nesse contrato já se encontrava descrito que o imóvel estava livre e desembaraçado de qualquer ônus, encontrando-se localizado entre a área do Departamento Nacional de Metrologia, a Rua 'G', a 4ª Avenida e uma área 'non aedificandi'. Comente-se que a anexa Ata da 94ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da TERRACAP, realizada em 18/12/1992, registra a deliberação assemblear no sentido de que fosse feito acordo com a Marinha do Brasil, de modo que o imóvel ora sub judice fosse doado à União, sendo restituídos à TERRACAP imóveis que então haviam sido destinados à Marinha do Brasil, localizados nos lotes 6/5 e Área nº 7 do Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, para fins de instalação do metrô urbano do Distrito Federal.

8. No ano de 2007, o referido imóvel foi repassado pela União à empresa ANTARES Engenharia Ltda., nos termos do Contrato de Permuta anexo. Por força do referido contrato, a ANTARES Engenharia Ltda. se obriga, em troca do imóvel no SHCSW, a construir 784 (setecentos e oitenta e quatro) apartamentos funcionais para a União, de forma a resolver, em definitivo, o grave problema de moradia para militares atualmente existente no âmbito da Marinha do Brasil, dado o quadro de insuficiência de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para os militares designados para servir em Brasília/DF, em que pese a obrigatoriedade legal (Estatuto dos Militares) de alocação desses imóveis para tais militares" (fl. 612)."





Corte incluir o AI TRF1 nº 37512-66.2011.4.01.0000 entre os processos sobrestantes.

50. Quanto ao pedido do requerente para que o Tribunal promova a citação de todos os interessados na matéria, o mesmo resta prejudicado, haja vista a sugestão de tornar sem efeito o item II da Decisão nº 766/2011 e a manutenção do sobrestamento dos autos até o deslinde dos processos judiciais.

### **III - Considerações adicionais**

51. Em 08/12/2011, o Administrador Regional do Sudoeste/Octogonal - RA XXII, mediante o Ofício nº 449/2011-GAB/RA XXII, em resposta a questionamentos do Ministério Público junto ao TCDF, encaminhou informações acerca das obras para a construção de ciclovia entre as quadras QRSW e o INMET (fls. 493/495).

52. Em resposta a Administração Regional esclareceu que o referido trecho "(...) é objeto do processo nº 302.000.332/2011, cuja instrução processual teve início através da solicitação da empresa OESTE SUL EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS S/A (...)".

53. Informou que não houve contrato com a administração pública, não foi realizada licitação e o valor está calculado em R\$1.797.620,45 (hum milhão, setecentos e noventa e sete mil seiscentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos). Informou, ainda, que se trataria de compensação urbanística para obtenção do Licenciamento de Obra, exigida em despacho da então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDUMA.

54. Por fim, cabe ressaltar que os documentos de fls. 493/505 são cópias e que a matéria é objeto do Processo nº 38204/2011<sup>14</sup> - que foi apensado aos presentes autos por força da Decisão Liminar nº 005/2012-P/AT, de 03/01/2012, da lavra do Presidente em exercício Manoel de Andrade (fls. 21 do apenso nº 38204/11). O referido apenso receberá tratamento em momento oportuno, tão logo se levante o sobrestamento destes autos.

<sup>14</sup> Atuado em função da Representação nº 16/2011-DA, na qual se requer o exame da legalidade do procedimento de compensação urbanística em questão.



#### **IV - Conclusões**

55. Conforme já exposto, a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão Liminar nº 22/2012-P/AT, decidiu, **ad referendum** do egrégio Plenário tomar conhecimento da peça recursal de fls. 469/480, interposta pela Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A – SPE, como recurso inominado, sem efeito suspensivo, contra os termos da medida cautelar expedida no item II da Decisão nº 766/2011. Decidiu também autorizar o retorno dos autos para análise de mérito da peça recursal.

56. Nesta fase processual, constatou-se que o Tribunal deve tornar sem efeito o item II da Decisão nº 766/2011, devido ao fato de que a suspensão cautelar da implantação da quadra 500 do Setor Sudoeste não se coaduna com o sobrestamento dos autos.

#### **V – Sugestões**

57. Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I - tome conhecimento:

a) do Ofício nº 449/2011-GAB/RA XXII, fls. 493/505;

b) dos documentos de fls. 529/577;

II - no mérito:

a) dê provimento parcial ao recurso inominado de fls. 469/480, tornando sem efeito o item II da Decisão nº 766/2011, tendo em vista que a suspensão cautelar da implantação da quadra 500 do Setor Sudoeste não se coaduna com o sobrestamento dos autos;

b) mantenha o sobrestamento dos autos até o deslinde dos Processos TJDF 2011.00.2.006507-2, ADI TJDF 2010.00.2.014781-1, ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400, bem como do AI TRF1 nº 37512-



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
TERCEIRA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 83

Proc.: 5989/11

Rubrica

66.2011.4.01.0000;

III) dê ciência ao recorrente;

IV) autorize o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhamento dos processos referidos no item II – “b” e adoção das providências necessárias.

À superior consideração.

---

Helton Linhares Drumond Machado  
ACE - Mat. 577-6